

Lucas Furtado acredita que as irregularidades com recursos destinados à Educação só vão diminuir quando houver uma efetiva participação do cidadão no controle dos gastos do Fundef nos municípios

PROCURADOR COBRA AÇÃO DA SOCIEDADE

Paulo Mario Martins
Da equipe do Correio

O procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, apontou ontem uma saída para que haja menos desvio de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef): o engajamento da sociedade na fiscalização do uso do dinheiro. A falta de um controle efetivo dos recursos repassados pelo Ministério da Educação a municípios de seis estados foi mostrada ontem em reportagem do Correio.

Para Furtado, uma maior participação dos cidadãos poderia contribuir para suprir a impossibilidade de onipresença do governo nas cidades beneficiadas com dinheiro federal para o Fundef. “É preciso facilitar o acesso da população para que, por meio de igrejas e associações, possa interferir nesse processo. Para exercer um controle mais eficaz, a União gastaria mais dinheiro na fiscalização do que no programa de governo”, afirmou.

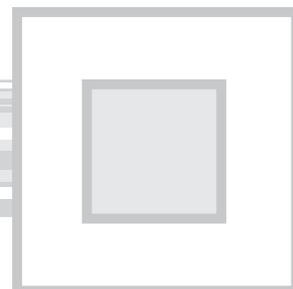
O procurador-geral do Ministério Público no TCU reconhece, no entanto, que por uma questão cultural a sociedade brasileira não tem o hábito de participar ativamente das políticas públicas. “A população, ao invés de aliada do governo, vê nele um inimigo. Pensa que não adianta denunciar irregularidades. Ou porque a denúncia não vai ter o tratamento devido ou porque vai ser perseguida pelo político”, disse.

FALHA

Ele admitiu que a fiscalização do repasse de recursos para o Fundef é falha e que também é difícil combater a corrupção, que, segundo ele, a cada dia se aprimora. “Não há como executar programas sociais sem ser por intermédio das prefeituras. E é nos municípios que a fiscalização é mais frágil. Por isso, é importante a fiscalização da população. Não há estrutura do Estado que possa ser eficiente”, declarou.

Furtado ressaltou ainda que o Ministério Público Estadual também pode ser importante aliado do combate ao desvio de dinheiro do Fundef, apesar de ser competência do Ministério Público Federal atuar em casos que envolvam verbas da União. “Qualquer cidadão tem competência para denunciar irregularidades. Os promotores também. E o Ministério Público é aparelhado nos estados”, lembrou.

A fiscalização por amostragem feita pela Controladoria Geral da União (CGU) tem mostrado que muito dinheiro público do Fundef está sendo desviado. Entre 2003 e 2004, dos 43 municípios fiscalizados pela CGU 55,73% não comprovaram a aplicação dos recursos ou tiveram fraudes e desvios. O índice das cidades onde há prática de irregularidades e impropriedades em processos licitatórios chega a 65,57%.



Há ainda 59,01% de municípios que apresentaram desvio de finalidade na execução dos recursos destinados ao pagamento de salário de professores. Outros 36,06% usaram para outros fins a verba que deveria ser gasta com despesas de manutenção exclusiva do ensino fundamental. O Fundef foi implementado em 1998. Em 21 estados, apenas a arrecadação de impostos local é suficiente para abastecer o fundo. Mas Bahia, Maranhão, Piauí, Alagoas, Pará e Ceará não são auto-suficientes e, por isso, recebem verba federal para completar o fundo.

TCU APURA IRREGULARIDADES

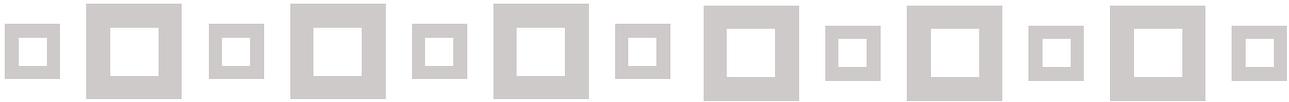
O Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, afirmou ontem que o órgão se empenha em fiscalizar a aplicação do dinheiro repassado pelo Ministério da Educação (MEC) aos estados para constituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). Segundo ele, vários municípios já foram alvo de auditorias.

“Todas as vezes que a Controladoria Geral da União e o Ministério da Educação detectam irregularidades, formatam um processo e o TCU abre um procedimento para apurar. Já fizemos auditorias em muitos casos. Mas a provocação tem que vir da Controladoria Geral da União ou do MEC”, disse Aguiar.

Ele declarou também que cabe ao Conselho de Fiscalização do Fundef exercer controle sobre o dinheiro enviado aos estados. “E existem conselhos nos âmbitos municipal, estadual e federal”, lembrou.

No entanto, reportagem do Correio mostrou ontem que em alguns municípios os conselhos são compostos por parentes do prefeito ou apadrinhados políticos dele. A constatação foi feita pela Controladoria Geral da União, que detectou o problema durante fiscalizações por amostragem. (PMM)

(Correio Braziliense - 08/03)



TCU determina ao Instituto Nacional do Seguro Social adoção de 60 ações que devem conter a evasão de dinheiro público

FRAUDES EQUIVALEM A PELO MENOS 11% DE TUDO QUE É PAGO PELO INSS ANUALMENTE

Marcelo Tokarski
Da equipe do Correio

O Tribunal de Contas da União (TCU) passou a monitorar de perto o sistema de pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro (INSS). Nos últimos seis meses, uma auditoria sigilosa encontrou inúmeras falhas e mapeou o caminho de fraudes bilionárias cometidas contra a Previdência Social. O TCU determinou que o INSS, o Ministério e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), responsável pelo gerenciamento do sistema, adotem cerca de 60 medidas para estancar a sangria de dinheiro público. O próprio governo estima que as fraudes somem R\$ 14 bilhões anuais. Uma comissão do Tribunal vai acompanhar de perto o cumprimento das determinações.

As medidas foram aprovadas ontem à noite, em sessão reservada do plenário do TCU. De acordo com o relator do processo, Ministro Ubiratan Aguiar, foi determinado o sigilo das informações em virtude da gravidade do tema. “Os técnicos ficaram espantados com o que viram. O sistema de benefícios do INSS é totalmente inconfiável”, afirmou Aguiar. “Não expusemos os problemas para não revelar os métodos utilizados nas fraudes”, ressaltou.